

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *CEAS: jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar*. Salvador, EDUFBA, 2009, 206 p.

O apostolado social na ditadura brasileira

José Alves Dias *

Tem sido recorrente, ainda hoje, a premissa de que a recente ditadura no Brasil instalou-se através de um golpe militar que depôs o presidente João Goulart. São notórias, entretanto, as inúmeras tentativas civis de desestabilização ao seu governo, bem como, a existência de distintas concepções sobre a política e a economia brasileiras, tendo em vista as transformações internacionais que ocorreram no século XX.

Por vezes, a dissidência a respeito dessas questões estava no âmbito das próprias instituições, como é o caso da Igreja Católica Romana que teve atuação marcante no curso do golpe de 1964 e em seus desdobramentos posteriores. Alguns dignitários do colégio eclesiástico mostraram seu caráter promíscuo, diletante, elitista e, invariavelmente, contraditório ao apoiar o discurso pseudo-moralista da ditadura. Um outro fragmento, formado por sacerdotes e fiéis, destacou-se pela forma profícua como disseminou o germe da transformação e da justiça social contendo, concomitantemente, a repressão conservadora. As “Marchas da Família com Deus Pela Liberdade” exemplificam o primeiro caso e mostram a resistência de uma parcela da cristandade às mudanças em curso. A firmeza de alguns cardeais em defesa da vida, como as de Dom Paulo Evaristo Arns, ou a solidariedade dos frades dominicanos a Carlos Marighella, espelham a segunda afirmação.

Embora pareça definitivo julgar que as análises sobre o compromisso político envolvendo as duas instituições produziram um balanço negativo, há lacunas consideráveis sobre a obra católica contra as injustiças sociais que merecem ser explicitadas. No Brasil o tema tem sido bastante discutido por dezenas de obras publicadas, dissertações e teses acadêmicas que revelam as mais diferentes facetas da inserção do poder eclesiástico na ditadura.

Em geral o foco de análise recai sobre o anticomunismo que se constituía em justificativa primordial dos padres conservadores para apoiar a ditadura e em limitação para os progressistas desaprová-la. Evidentemente, nos dois casos, o fator principal é relativizado em funções de uma série de outras razões periféricas e conjunturais que demarcam o período. É preciso salientar, por isso, uma diferenciação: várias ações do prelado podem ser classificadas como de apoio irrestrito aos atos ditatoriais, independente das motivações religiosas. No extremo oposto, uma parcela considerável do clero reconhecia a necessidade de combater o ateísmo – invariavelmente associado ao comunismo – porém, sem abster-se da justiça social e de uma ampla participação popular em espaços propícios à crítica e à transformação.

Entrementes, ainda que não sejam poucas as obras existentes que discutam a relação entre a Igreja e a ditadura há

especificidades ainda desconhecidas. Ainda que nos estudos em voga as questões sociais sejam, também, evidenciadas essa literatura aborda, quase sempre, a reiterada posição conservadora da instituição ou a militância de parte do clero contra a violência dos militares golpistas. Poucas vezes se viu uma abordagem sobre uma ordem religiosa católica específica e que possuía autonomia para fazer reflexões teóricas sobre o processo político brasileiro que, àquela altura, experimentava as mazelas de um governo ilegítimo e autoritário.

Um dos grandes méritos do livro **CEAS: jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar** de Grimaldo Carneiro Zachariadhes é dar atenção aos jesuítas da Companhia de Jesus e seu apostolado social dentro do referido contexto. Ao fazer essa análise ele, além de fazer justiça ao resgatar a memória dessa instituição nos revela, também, que o retorno dos jesuítas ao Brasil produziu, afinal, um resultado fecundo nas lutas sociais.

A conjuntura de criação do CEAS coincide com um período de intensa discussão sobre o caráter do desenvolvimento nacional e esse tema consumiu boa parte do tempo de intelectuais inacianos e leigos vinculados à ordem jesuíta. Com um olhar arguto, o autor avalia as contradições desse cristianismo que busca ao mesmo tempo igualdade social e legitimação do capitalismo. Ademais, a leitura da obra fornece pistas interessantes para compreender porque o CEAS permaneceu ativo e dinâmico na Bahia apesar de tantas vidas e experiências positivas que foram ceifadas pelos militares durante a ditadura.

A associação entre jesuítas e leigos no CEAS facilitou a aproximação dos

marxistas com esse setor da Igreja e acentuou a insatisfação da ala conservadora. Esse fato reacende a discussão sobre o papel político exercido pela religião na sociedade e ao mesmo tempo permite a reflexão sobre a importância da Igreja Católica na sociedade brasileira, especialmente, nas últimas décadas. Caracteriza-se aqui o que Zachariadhes ressaltou como o rompimento do CEAS “à prudência eclesial”.

Os quatro capítulos do livro, que apesar do rigor teórico são escritos em linguagem fluente e clara, não perdem de vista o objetivo principal. Antes de chegar às conclusões do autor já é possível observar o rigor no tratamento das fontes documentais, a escolha criteriosa das entrevistas, o uso de amplas referências bibliográficas e o objeto sempre bem evidenciado e tratado com precisão.

O Centro de Estudos e Ação Social foi fundado em Salvador para assessorar a vice-província da Companhia de Jesus na Bahia na orientação de diretrizes gerais para a ação católica no Nordeste e no Brasil. A aceleração da exploração capitalista, dos conflitos entre trabalho e capital e o distanciamento entre a riqueza e a pobreza interferiram profundamente na relação entre os cristãos e a Igreja. Por isso, eram grandes os desafios do clero para manter a instituição operante e influente na sociedade brasileira. A estratégia dos inacianos foi elaborar e adaptar a doutrina social cristã para alcançar o povo. A criação do CEAS foi parte desse objetivo e tornou-se ainda mais interessante com a admissão de leigos.

Para aproximar os setores intelectuais criou-se uma biblioteca especializada em temas religiosos, contudo, com um grande acervo constituído de obras das Ciências Sociais. Na sede ocorriam

ainda palestras, cursos e seminários tanto para permitir a formação de profissionais como para discutir os problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil. O grande marco de atuação, porém, foi a publicação do Caderno do CEAS, no qual eram reproduzidos documentos que denunciavam as agressões da ditadura à dignidade humana e publicados artigos que reforçavam o caráter perverso da política e da economia dos militares. A instituição teve ainda diversas ações fora de sua sede voltadas para o atendimento e aproximação com os trabalhadores.

A parte inicial do livro analisa a presença da Companhia de Jesus na América Portuguesa, suas estratégias e objetivos no passado longínquo e recente e as incursões sinuosas até a instalação do Centro de Estudos Sociais. No segundo momento, já na ditadura, o autor demonstra as tentativas de aproximação dos inicianos com a população pobre de Salvador, a reprodução de documentos instigantes e o posicionamento ousado e definitivo do CEAS contra o autoritarismo militar. O terceiro capítulo aborda as questões teóricas que fundamentaram a prática social dos leigos e sacerdotes da Companhia de Jesus. A rigor é uma discussão sobre a doutrina social católica e a luta de classes expressas no pensamento cristão e marxista que, em certos momentos, se fundem na experiência do CEAS. Os conflitos da instituição com o Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, um conservador – ou moderado – dividido entre o dever de proteger os cristãos da avidez criminosa da ditadura e o receio da penetração marxista na Igreja encerram a discussão. Quando aberta, a obra é um invólucro com surpreendentes revelações.

Em geral, somos levados a pensar a resistência à ditadura brasileira através dos organismos tradicionais: partidos e organizações. Mesmo quando refletimos sobre as atividades de contestação da ordem autoritária em espaços diferenciados pensamos essa resistência a partir de um modelo clássico. Sendo assim, a derrota parece evidente quando lançamos nossos olhares sobre o passado e verificamos os resultados. No caso do CEAS temos, não somente a impressão de sucesso na resistência à ditadura, como também, de sua perenidade apesar da oposição ao governo ditatorial.

O autor, apoiado em alguns depoentes, reforça que a inexistência de apoio do CEAS à luta armada constituiu-se ao mesmo tempo numa negativa à sua viabilidade e numa estratégia de inserção social fugindo ao isolamento que configurou o embate militarizado contra a ditadura. Ainda que resguardando a idoneidade dos entrevistados não se pode esquecer da influência que a atualidade exerce em sua memória.

Se os militares foram vitoriosos em sua intervenção na política brasileira não se pode dizer o mesmo sobre a apropriação da memória sobre a ditadura. A afluência de diversos setores da sociedade brasileira à cena política após 1985 canalizou toda insatisfação precedente para os movimentos sociais que intensificaram as denúncias contra as temeridades ocorridas nas décadas anteriores.

Com a mudança na conjuntura política o lugar da memória se modificou substancialmente e até a mídia conservadora mudou o discurso e contribui para disseminar uma rejeição à intervenção autoritária militar e aos seus métodos repressivos. A interpretação de que o CEAS rejeitou a

luta armada como estratégia pode ser relativizada pelo clima de tensão à época ao ponto de contextualizarmos sua posição como uma defesa natural e consoante com seus objetivos naquele momento. Na verdade, o próprio autor destaca que o CEAS reproduzia em seus cadernos documentos do alto clero para denunciar as mazelas da ditadura. Isso, presume o autor, consistia numa “estratégia política” para se protegerem.

Por todos os aspectos aqui analisados, o livro apresentado para leitura e apreciação é uma peça-chave para o entendimento da polarização interna do

clero e se constitui numa inovação ao apresentar elementos concretos da ação direta dos jesuítas na Bahia para disseminar os princípios teóricos da transformação social proposta pela Igreja em plena ditadura dos militares. Não há pretensões, nesta obra, de resolver os paradoxos existentes nas concepções e nas práticas do cristianismo desde tempos remotos, contudo, o facho de luz que o autor lança sobre o assunto nos remete a conclusões bastante lúcidas sobre esse recorte temporal.

* **JOSÉ ALVES DIAS** é Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor de História do Brasil na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.